

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, Estado do Pará e Região de Integração Marajó, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), introduziu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, que procura incluir indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em cacamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio para o governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada, na RMB, 97,8%, e Fora da RMB, 69,9%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) está presente em oito (Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra e Soure), dos dezesseis municípios que compõem a região Marajó, segundo informações do órgão, de 2017.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: **domicílios precários** (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); **coabitação familiar** (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); **ônus excessivo com aluguel urbano** (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e **adensamento excessivo de domicílios alugados** (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, equivalente a, aproximadamente, 23% do total de domicílios.

Na Região de Integração Marajó, o déficit era de 26,4% do total de domicílios. Em 2010, a componente “domicílios precários” correspondia a 46,1% do déficit total do estado e a 56,6% do total da região. “Coabitação familiar” representava 39,2% do total de domicílios no Pará e a 39,8% no Marajó. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 87% do déficit no Pará e 96,4% na região Marajó. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 1,7% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no estado e a 1,9% no Marajó.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Marajó, 2010

INDICADOR	PARÁ		MARAJÓ	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	25.309	26,4
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.544	56,6
Coabitação Familiar	168.684	39,2	10.230	39,8
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	438	1,7
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	495	1,9
Total Domicílios	1.859.165		95.768	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.4. Segurança

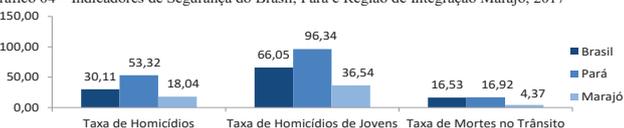
Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), foram analisados três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Marajó apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos três indicadores. Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 18,04. Portel e Breves apresentaram as maiores taxas, 34,81 e 32,03 homicídios, respectivamente, em contraposição a Curralinho e Santa Cruz do Arari, que não apresentaram casos de homicídios.

A taxa de homicídio, com recorte na população jovem, apresentada, em 2017, pela RI Marajó, 36,54 homicídios a cada 100 mil jovens, foi inferior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Novamente Portel e Breves apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 94,29 e 77,03 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente. Os municípios de São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Santa Cruz do Arari e Curralinho não apresentaram casos de homicídios de jovens de 15 a 29 anos.

A taxa de mortes por acidente no trânsito, em 2017, para a RI Marajó foi de 4,37 mortes, inferior à do Pará, 16,92 mortes. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Salvaterra, 25,98 mortes, e Cachoeira do Arari, 12,98 mortes, enquanto Afuá, Anajás, Bagre, Chaves, Curralinho, Gurupá e Melgaço não apresentaram casos de mortes no trânsito.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Marajó apresentou taxas muito inferiores às do Pará nos três indicadores. A taxa de homicídios da RI Marajó foi de 14,97 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 2,34 e o Pará, de 9,60. O terceiro indicador que compõe essa síntese, taxa de roubo, registrou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, enquanto na RI Marajó, observou 280,57 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Marajó (2016-2017)

Indicadores Segurança	Pará		RI Marajó	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	14,17	14,97
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	3,09	2,34
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	277,38	280,57

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, quase o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Marajó registrou um total de 57,06% de sua população abaixo da linha da pobreza, quase o dobro do Pará.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativa é a renda e distribuída, e em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Marajó apresentou um Índice de Gini de 0,58, desigualdade abaixo da registrada para o Pará, de 0,62, e, também, para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Marajó	57,06	0,58

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Na RI Marajó, 73,8% da população de seus municípios encontram-se inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 91,9% se declaram com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 81,9% das famílias inscritas, recebem o Bolsa Família. A região possui percentuais maiores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Marajó e Municípios – dezembro/2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	52,6	78,6	64,2
RI Marajó	73,8	91,9	81,9
Afuá	84,5	91,7	81,6
Anajás	86,0	93,0	82,6
Bagre	59,0	96,0	88,0
Breves	74,8	91,9	81,9
Cachoeira do Arari	69,3	93,4	79,7
Chaves	68,5	91,0	79,7
Curralinho	78,2	91,0	85,7
Gurupá	85,3	92,6	83,7
Melgaço	78,2	92,0	85,3
Muaná	71,3	91,7	84,9
Ponta de Pedras	66,4	89,6	82,5
Portel	67,0	90,5	78,3
Salvaterra	72,2	89,1	78,8
Santa Cruz do Arari	63,7	93,5	84,5
São Sebastião da Boa Vista	85,8	95,7	85,0
Soure	63,1	89,8	71,3

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Os municípios de Anajás e Gurupá apresentaram os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 86,0% e 80,9%, respectivamente. Dos inscritos, os municípios com maior número de pessoas que se declaram abaixo da linha da pobreza foram Bagre, com 96,0%, e São Sebastião da Boa Vista, com 95,7%. Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que recebem o Bolsa Família foram, também, Bagre, com 88,0%, e Curralinho, com 85,7%.

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens², em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

A população estimada de jovens no Pará, nos últimos seis anos (2013-2018), tem mantido uma média de 29,44% em relação à população total do estado (FAPESPA, 2018). Em 2018, a RI Marajó ocupava o 7º lugar no ranking das regiões de integração do estado com maior quantitativo de jovens, 164.331 jovens e participação estimada de 29,49% em relação ao seu contingente populacional.

² A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.